



## EDITORIAL

A construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi a pauta principal da reunião do GT da Conferência Nacional de Direitos Humanos, neste mês de março em Brasília. Este grupo de trabalho tem o desafio de concluir o PNDH ainda neste primeiro semestre, sendo que o documento será aberto para uma consulta pública. A proposta é que entre julho e agosto o presidente Lula assine o Decreto do PNDH III. A Plataforma Dhesca Brasil está inserida neste GT a partir da participação de diversas entidades filiadas, que também estiveram na 11ª edição da conferência, em dezembro do ano passado.

Como ponto de partida para esta discussão, a Secretaria Especial de Direitos Humanos compilou todas as diretrizes e propostas aprovadas na Conferência em um documento único. As organizações e movimentos sociais têm o desafio de analisar este documento e a partir dele estabelecer as prioridades. A proposta é que este programa, pautado numa visão de integralidade dos direitos humanos, contenha diretrizes e metas, de preferência quantificáveis, e que ele seja incorporado ao orçamento público. Este é, aliás, um dos fatores que diferencia este PNDH dos dois anteriores.

Para o III PNDH tornar-se um instrumento efetivo torna-se necessária a construção de um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos. Ao mesmo tempo as organizações da sociedade civil concluíram, durante uma oficina organizada pela Fase, também em março, que este sistema nacional de indicadores passa obrigatoriamente pela definição de um PNDH que dialogue tanto com a sociedade civil, mas também com todos os ministérios e secretarias, cabendo a SEDH enfrentar o desafio de articular dentro do Estado a construção de uma política de direitos humanos no país.

## NESTA EDIÇÃO

- :: Dhesca Brasil: Plataforma assina Manifesto pelo Direito dos Quilombolas
- :: Relatorias Nacionais: Educação apresenta informe no Congresso Nacional
- :: Monitoramento: Preparativos para reunião do Comitê DESC, em Genebra
- :: Internacional: Cáucus FSM apresenta relatório das atividades
- :: Nacional: Comissão de DH da Câmara aprova plano de trabalho

Divulgue suas ações nos próximos números. Opiniões e sugestões de texto podem ser enviadas para [comunicacao@dhesca.org.br](mailto:comunicacao@dhesca.org.br)

## PLATAFORMA DHESCA BRASIL

**[Programa Nacional de Direitos Humanos]** No dia 18 deste mês, houve a primeira reunião do Grupo de Trabalho da Conferência de Direitos Humanos, onde foi feita uma avaliação da Conferência, o modelo para o terceiro PNDH, a participação da sociedade civil no plano e a realização de uma consulta pública como parte do processo. Para isso, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos compilou as principais resoluções e as organizações devem indicar o eixo, a resolução e a partir disso quais são as diretrizes, metas, ações, responsabilidades e recomendações. Você pode ler o documento elaborado pela SEDH com as diretrizes e propostas aprovadas na 11ª. CNDH no [site](#) da Secretaria.

**[Indicadores de Direitos Humanos]** A Plataforma Dhesca Brasil participou de uma oficina, organizada pela Fase, sobre a construção de um sistema nacional de indicadores de Direitos Humanos. Já em dezembro de 2007 a Plataforma debateu este tema durante o Seminário Nacional sobre Indicadores de Direitos Humanos, realizado no IBGE (RJ), a fim de construir um Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos. Na ocasião, houve um compromisso do Min. Vannuchi, da SEDH, e das presidências do IBGE e do IPEA de construir uma plataforma institucional do governo com representantes da sociedade civil para avançar na discussão do sistema, o que ainda não ocorreu. Com a oficina foi possível avançar no marco conceitual do que seria um sistema nacional de indicadores, assim como quais seriam as estratégias da sociedade civil para assegurar a sua criação e manutenção.

A Plataforma Dhesca Brasil pretende continuar nesse debate e também na pressão política junto ao governo e aos órgãos de pesquisa e estatística oficiais, por meio de oficinas, produção de conteúdo e ação política.

**[UNESCO]** Alexandre Ciconello (INESC) e Darci Frigo (Terra de Direitos) representaram a coordenação da Plataforma Dhesca Brasil numa reunião com Vicent Defourny, diretor da UNESCO no Brasil. Um dos temas tratados foram os preparativos para o encontro que acontecerá no dia 9 de abril entre a Plataforma Dhesca e as 18 agências da ONU. Além disso, foi reavaliada a possibilidade da UNESCO em financiar publicações da Plataforma Dhesca, entre elas novas cartilhas em direitos humanos e o Informe 2009 das Relatorias Nacionais em Dhesca.

**[PIDHDD 1]** Dezoito países participaram do Comitê de Coordenação Regional (CCR) da PIDHDD (Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento), que realizou uma reunião em Buenos Aires para definir um programa operacional para uma atuação estratégica entre todos os países. Um dos assuntos debatidos foi a formação dos Grupos de Trabalho da PIDHDD, que atualmente mantém dois GT's: Migrantes (coordenado pelo Equador) e Iniciativa Mercosul. Nos próximos dois meses o GT da Iniciativa Mercosul deve realizar uma reunião para discutir novas estratégias e também uma nova coordenação, com a proposta do capítulo brasileiro assumir esta função. Nesta reunião futura as organizações que trabalham com o tema de integração regional serão convidadas a participar, com o objetivo de o capítulo brasileiro aprofundar seu processo de integração latino-americana. Durante o encontro do CCR foi proposto ainda formar um GT para tratar do tema Terra e Território. A representante do capítulo brasileiro na PIDHDD será a Andressa Caldas (Justiça Global).

**[PIDHDD 2]** O capítulo brasileiro ficou responsável por várias atividades durante a reunião do CCR, como a realização do seminário "Vítimas do Desenvolvimento" e a definição de estratégias para impulsionar o debate sobre a Declaração dos Direitos Humanos dos Agricultores, juntamente com Argentina, Uruguai e Paraguai. Outra atividade da Plataforma Dhesca Brasil será elaborar a proposta metodológica para a realização de Missões Regionais, a partir da aplicação do modelo das Relatorias Nacionais em Dhesca na América Latina. O Brasil é pioneiro neste projeto, que já está sendo replicado na Argentina e futuramente na Colômbia.

**[PIDHDD 3]** O Protocolo Facultativo do PIDESC será publicado em português em breve, a partir de um trabalho conjunto entre a Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca e a Secretaria da PIDHDD. A publicação deste material em português faz parte do esforço das duas Plataformas em pressionar os governos a assinarem o Protocolo Facultativo.

**[Publicações]** A Cartilha do Direito Humano à Educação já está pronta. Esta edição foi feita com uma parceria entre a Plataforma Dhesca Brasil e a Ação Educativa, com apoio da Fundação Ford e cooperação da UNESCO. Todas as entidades filiadas irão receber a cartilha, mas o arquivo em pdf já está em nosso site: [www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br).

**[DTAT]** Nos dias 7 e 8 de abril acontecerá, em São Paulo, o planejamento para este ano do Programa Direito à Terra, Água e Território (DTAT), da Aliança ICCO e outros 12 parceiros, entre eles a Plataforma Dhesca Brasil. O grupo se reúne com objetivo de ter maior sinergia de intervenção nos três temas (terra, água e território). A representante da Plataforma Dhesca Brasil no planejamento será a Luciana Garcia (Justiça Global).

**[Direitos dos Quilombolas]** A Plataforma Dhesca Brasil assinou o Manifesto pelos Direitos Quilombolas. O documento foi elaborado pela CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e distribuído para várias redes. Caso sua entidade ainda não tenha assinado o documento, ele pode ser lido e assinado pelo link: <http://www.PetitionOnline.com/conaq123/petition.html>

De acordo com a CONAQ, após duas décadas de aprovação do artigo que regulamenta a titulação das comunidades, pouco mais de cem tiveram os territórios reconhecidos. O Governo Federal aponta para a existência de 3.554 comunidades em todo o país, com maior concentração no Maranhão, Pará, Bahia e Minas Gerais. A maioria das comunidades não têm seu direito à terra efetivado, o que demonstra a fragilidade de efetivação deste direito humano fundamental.

Como se não bastasse, ainda existe uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), que declara inconstitucional o decreto 4887, elaborado pela presidência da república em 2003 e que dispõe, dentre outras coisas, sobre a forma da titulação dos territórios quilombolas. Caso essa ADI seja aprovada, todas as titulações feitas pelo INCRA neste período serão anuladas.

A Plataforma Dhesca Brasil enviou um ofício ao STF, dando total apoio ao pedido de Audiência Pública elaborado pelo Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE), Instituto Polis, Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Justiça Global e Terra de Direitos. As organizações alegam que a audiência pública é de extrema importância e que para o debate de diversas questões, como o conceito de comunidades quilombolas, a auto-identificação e os territórios tradicionalmente ocupados, é necessária a presença de especialistas que compreendam os conceitos em questão.

## RELATORIAS NACIONAIS EM DHESCA

O modelo brasileiro das Relatorias Nacionais em Dhesca está se ampliando para a América Latina. Na Argentina já existe a “Relatoria de los Derechos de Niñas, Niños y Adolescentes em la Ciudad de Buenos Aires” e o projeto em breve começará também na Colômbia. Durante a reunião da PIDHDD deste mês, a Plataforma Dhesca Brasil foi convidada a explicar melhor como o projeto acontece, para que outros países avancem nesta questão. A Relatoria Argentina lançou também durante o encontro um informe preliminar sobre a missão realizada em Buenos Aires, que fez um recorte populacional (crianças e adolescentes) e a partir disso investigou violações em diversas áreas, tais como Participação, Educação, Saúde, Trabalho Infantil, Moradia e Integridade. Além de se basear na coleta de dados e no estudo das legislações vigentes, a Relatora Maria Elena Naddeo, com mais cinco pessoas em seu grupo, também entrevistou crianças e adolescentes sobre os temas em questão.

**[Alimentação e Terra Rural]** A Secretaria Executiva recebeu a primeira versão do relatório sobre a Missão Quilombolas, em Minas Gerais, que esteve em Brejo dos Crioulos para investigar as denúncias feitas pelas organizações CPT, CAA e RECID. De acordo com a denúncia, as 450 famílias que vivem no quilombo nunca foram atendidas na reivindicação da área, não possuem assistência agrícola, o acesso à alimentação é precário e ainda são ameaçados por pistoleiros da região. A Secretaria está em fase de revisão do relatório, que em breve será lançado pela Plataforma Dhesca Brasil.

**[Educação]** Com a participação do Relator Especial da ONU sobre Educação, Vernor Muñoz, a Relatoria Brasileira para o Direito Humano à Educação apresentou ao Congresso, no dia 25 deste mês, um informe preliminar da missão que investigou o acesso à educação nas prisões do país. O Relator da ONU acompanhou ainda a relatora Denise Carreira em uma visita ao Centro de Internamento e Reeducação Papuda, onde pode conversar com a direção e com alunos e visitar o espaço de aulas e das oficinas de trabalho.

No total, a missão da Relatoria Nacional foi realizada entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009 e visitou dez unidades prisionais nos estados de PE, SP, RS e PA e colheu mais de duzentos depoimentos. Todo o trabalho contou com apoio da representação da Unesco no Brasil. Uma das conclusões da relatora Denise Carreira é que “a educação ainda é encarada pelo sistema prisional como um privilégio ao preso”. O próximo passo é a apresentação do relatório final, ainda no mês de abril, em uma Audiência Pública que deverá integrar diversas comissões, tais como Educação, Direitos Humanos e Constituição e Justiça. Esta atividade irá integrar a Semana de Ação Mundial, uma mobilização internacional realizada desde 2003 em mais de cem países. O tema desta mobilização para 2009 é “Ler e Escrever o Mundo”, com foco na situação da educação de jovens e adultos. No Brasil, quem articula a semana é a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma articulação composta por mais de 200 organizações ([www.campanhaeducacaonet.org](http://www.campanhaeducacaonet.org))

**[Meio Ambiente]** A Relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente, Marijane Lisboa, irá viajar em abril para o Vale do Ribeira para a missão sobre a construção da Usina em Tijuco Alto e as diversas violações decorrentes, incluindo o impacto da obra nas comunidades tradicionais. A assessora Juliana Neves esteve no local em março para preparar a missão e conversar com diversas lideranças sobre o problema. Esta nova metodologia aconteceu com o objetivo da assessora realizar um levantamento prévio de informações, para dar maior suporte à visita da relatora.

**[Moradia e Terra Urbana]** Está confirmada a Audiência Pública na Câmara dos Deputados em que esta Relatoria da Plataforma Dhesca Brasil dará visibilidade aos conflitos fundiários urbanos ligados à questão habitacional e a participação dos Governos Federal, Estadual e Municipal nas constantes violações do direito humano à moradia. A relatora Lúcia Moraes e o assessor Marcelo Dayrell irão propor o debate sobre as políticas urbanas estabelecidas, o aumento das ações de reintegração de posse, além de ouvir denúncias dos representantes de movimentos sociais. A audiência será no dia 29 de abril, das 14h às 18h, na Comissão de Direitos Humanos. Entre os convidados está a Relatora Especial de Moradia Adequada das Nações Unidas, a brasileira Raquel Rolnik.

**[Saúde e Educação]** As relatorias nacionais de Saúde e de Educação participaram da Consulta Regional sobre o Direito à Saúde, onde o relator da ONU Anand Grover apresentou as prioridades de seu mandato com mais de 50 representantes de organizações da Argentina, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru e Brasil. O relator da Plataforma Dhesca Brasil para o Direito Humano à Saúde, Fernando Aith, falou sobre a situação do direito humano à saúde e se comprometeu em enviar informações coletadas durante as missões realizadas entre 2007-2009. O relator da ONU tem interesse especial em conhecer a situação dos povos indígenas. A assessora da Relatoria de Educação, Suelaine Carneiro, destacou a realidade da saúde no sistema prisional brasileiro e as situações de violência que acontecem em áreas ocupadas militarmente, a partir da missão realizada no Complexo do Alemão (RJ). Esta consulta do relator da ONU não vale como uma visita formal, mas sim como um momento de diálogo entre o relator e a sociedade civil. As informações levantadas servirão de subsídio para a linha de atuação traçada pelo relator durante seu mandato na ONU.

**[Trabalho]** A Relatoria do Direito Humano ao Trabalho e a Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca enviaram um documento a Relatora Especial das Formas Contemporâneas de Escravidão das Nações Unidas, Gulnara Shahinian, para subsidiar a visita da relatora da ONU ao Brasil em junho deste ano. A Plataforma Dhesca enviou sugestões de temas, locais e organizações que trabalham com a temática no Brasil.

---

## **MONITORAMENTO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

### **Plataforma Dhesca destaca persistência de desigualdades e projetos de desenvolvimento em audiência no Comitê DESC da ONU**

Durante a reunião com o Comitê DESC, no próximo mês, o governo brasileiro irá responder oficialmente às perguntas elaboradas e a sociedade civil irá atualizar os dados já enviados. A Plataforma Dhesca Brasil acredita ser importante que a sociedade civil pautar o Comitê a partir de dois eixos: os projetos de desenvolvimento e as desigualdades endêmicas, tais como a desigualdade racial e a insuficiência de ações de combate ao racismo. Outro tema considerado fundamental é a diminuição de recursos para as políticas sociais com a reforma tributária proposta pelo Governo Federal.

A coordenação da Plataforma Dhesca Brasil avaliou ser importante dar destaque para as questões de gênero e desigualdade racial, e por isso a representante da rede na comitiva brasileira será Jurema Werneck, da organização Criola. Jurema é graduada em Medicina e doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ. Tem ampla experiência em saúde coletiva, com ênfase nos seguintes temas: biopolítica, biotecnologia genética, bioengenharia, saúde e população negra.

### **Edição 13 do Informe de DH: acompanhe as últimas notícias**

Já está disponível o último boletim sobre o projeto Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil, que contém o histórico de preparação da sociedade civil para a elaboração e entrega do Contra-Informe e as perspectivas para a reunião em Genebra. [Clique aqui para ler o documento.](#)

---

## **NACIONAL**

### **Comissão de DH da Câmara aprova plano de trabalho**

Presidida pelo deputado Luiz Couto (PT\_PB), a Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou o Plano de Trabalho e Metas para este ano. A pauta é composta por 21 metas de trabalho, entre elas: o combate ao crime organizado e grupos de extermínio; melhorias no sistema carcerário; combate à exploração sexual da criança e do adolescente, e defesa e articulação dos interesses dos povos indígenas; além de promoção da diversidade e tolerância religiosa e ações para a promoção da igualdade racial. A comissão pretende ainda dar atenção às lutas por reforma agrária, extinção do trabalho escravo e promoção da diversidade e da tolerância religiosa. A comissão pretende atuar em fóruns e espaços de cooperação com a sociedade civil e do poder público, como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; e o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. (Informações da Agência Brasil)

### **Vídeos sobre despejos no Parque Cocaia (SP) e na Vila Brandão (BA)**

No site da Plataforma Dhesca Brasil foram postados quatro vídeos sobre comunidades que estão sofrendo a ameaça de despejo: Vila Brandão, em Salvador, e Parque Cocaia (SP). Em Salvador, a comunidade existe há 69 anos e tem sofrido ameaças de despejo por parte da Prefeitura. A Vila Brandão possui 350 moradores, em quase 200 casas, e um dos menores

índices de criminalidade. Mesmo assim, o interesse em construir mais um empreendimento turístico na capital tem ameaçado os moradores, que souberam do despejo neste mês por meio de um decreto.

Em São Paulo, a comunidade atingida pela ameaça do despejo está no Parque Cocaia, zona sul da cidade. Segundo informações da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e do Centro de Defesa da Criança e Adolescente (Cedeca) de Interlagos, mais de 150 famílias moram no parque há mais de 25 anos e mesmo sem nenhuma interlocução com os poderes públicos, têm recebido um “cheque despejo”, no valor de R\$ 8.000.

---

## INTERNACIONAL

### Carta de Bogotá

A Carta de Bogotá foi escrita por diversos representantes de organizações defensoras de direitos humanos e apresenta a estratégia assumida, em nível latino americano, contra a criminalização dos movimentos sociais. Neste documento você encontrará alguns dos principais acontecimentos que reforçam esta tese, incluindo o caso da missionária assassinada no Pará, Dorothy Stang.

Para as organizações latino-americanas, existe "um conjunto de estratégias e ações político-jurídicas, por parte do Estado e dos grupos do poder que o sustentam, para colocar no terreno da ilegitimidade e ilegalidade as comunidades, organizações e pessoas que lutam pelo exercício e defesa dos direitos humanos e direito dos povos, estabelecidos nos marcos internacionais e nacionais".

Você pode ler o documento na íntegra. Clique [aqui](#).

### Cáucus FSM

A Plataforma Dhesca Brasil recebeu a compilação da Assembléia de Direitos Humanos ocorrida durante o Fórum Social Mundial, a partir da articulação denominada Cáucus FSM ([leia o documento aqui](#)). Desde 2001 o tema de direitos humanos possuía uma potencialidade no FSM, tanto que em 2003 os envolvidos com o tema sentiram falta de uma coordenação para as atividades realizadas. A primeira tentativa de uma concentração de esforços aconteceu no FSM de 2005, mas foi em Nairóbi, dois anos depois, que um espaço central foi organizado. No FSM deste ano, em Belém, foi organizado um programa de direitos humanos consolidado e com uma importante participação de diversas organizações, incluindo da Plataforma Dhesca Brasil. A articuladora deste processo, Rosa Sanchez, informa que no dia 29 de abril haverá uma reunião em Paris para definir o futuro do Cáucus.



---

## EXPEDIENTE

### Secretária Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Lígia Cardieri: [ligiacardieri@gmail.com](mailto:ligiacardieri@gmail.com)

### Secretário Assistente da Plataforma DhESCA Brasil

Gabriel Jamur Gomes: [secretariadhesc@yahoo.com.br](mailto:secretariadhesc@yahoo.com.br)

### Assessoria de Comunicação Social

Laura Bregenski Schuhli: [comunicacao@dhescbrasil.org.br](mailto:comunicacao@dhescbrasil.org.br)

### Endereço : Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil  
Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Mais informações sobre a Plataforma DHESCA Brasil acesse o site: [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br)